

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	3
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	14
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	18
7.	CONTAS A RECEBER	25
8.	ESTOQUES	26
9.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	26
10.	INVESTIMENTOS	27
11.	IMOBILIZADO	28
12.	INTANGÍVEL.....	30
13.	DEBÊNTURES.....	32
14.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	34
15.	FORNECEDORES	35
16.	SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER	36
17.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	36
18.	CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS	37
19.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	38
20.	COMPROMISSOS.....	40
21.	PARTES RELACIONADAS	42
22.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
23.	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	45
24.	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	45
25.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	46
26.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS	46
27.	RESULTADO FINANCEIRO	47
28.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO	47
29.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	49
30.	LUCRO POR AÇÃO.....	52
31.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS	53
32.	COBERTURA DE SEGUROS.....	54

FLEURY S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Sociedade” ou “Controladora”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury”) tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

O Grupo Fleury é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco. As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), denominado Novo Mercado.

Em 13 de julho de 2011 o Fleury S.A. celebrou Acordo de Investimento que prevê a aquisição de 100% da empresa Labs Cardiolab Exames Complementares S.A (“Labs Cardiolab”). A Labs Cardiolab é uma empresa que atua no setor de medicina diagnóstica no Estado do Rio de Janeiro.

O Acordo previa que a aquisição se daria em duas etapas, quais sejam, (i) 1º fechamento, a aquisição de 50% do capital social da Labs Cardiolab mediante o pagamento de R\$ 620.000, da seguinte forma: R\$434.000 em 1º de agosto de 2011 e R\$186.000 seis meses após a data de assinatura do Acordo de Investimento e (ii) 2º fechamento, a incorporação de ações representativas do restante do capital social (50%), mediante troca de ações de Fleury S.A. Esta incorporação de ações foi aprovada pelos acionistas do Fleury S.A. em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2011. A Labs Cardiolab passou a ser considerada subsidiária do Fleury a partir da data do 1º fechamento da aquisição, por atender as definições de controle trazidas no pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 18).

A aquisição de participação acionária no Labs Cardiolab pela Sociedade foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 3 de agosto de 2011, nos termos da legislação em vigor (Ato de Concentração n.º 08012.008448/2011-13). No momento, o processo encontra-se sob análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE. A Sociedade entende que esta aquisição não representa concentração de mercado que possa ameaçar à concorrência, portanto espera que o referido Ato de Concentração seja aprovado integralmente pelo CADE.

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury S.A. e empresas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na avaliação comparativa das demonstrações financeiras deve ser levado em consideração as incorporações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 4).

Demonstrações financeiras - individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso do Fleury S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais da Controladora diferem das normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras - consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

Dependendo da norma do CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação.

Na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs, a Administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos

resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Fleury possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “recebíveis”.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Fleury administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Os

ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas com base nas características operacionais de cada segmento.

Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Fleury são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional de apresentação do Grupo Fleury.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD").

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Combinação de negócios

Demonstrações financeiras consolidadas:

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Demonstrações financeiras individuais:

Nas demonstrações financeiras, o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade é reclassificado da conta de “investimento” para a conta “intangível”.

Ágio

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado foram submetidas, na data do balanço patrimonial, a teste de redução no valor recuperável, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Ativo Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Classes de Imobilizado

Vida Útil (anos)

Edificações	60
Veículos	5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	13
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5*

* Prazo médio de vigência de contratos de aluguel

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos".

Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos segregados do ágio e registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil determinado, como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Transações e participações não controladoras

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da adquirida é registrada no patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros passivos

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são

reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de moedas. A nota explicativa “Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro” inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. Para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de “hedge”, bem como não houve contratação de instrumento financeiro derivativo de caráter especulativo.

Benefícios a empregados

Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, o Grupo Fleury revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados.

Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis neste ou em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controladora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração para submeter a AGO.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, para atendimento da norma fiscal, e revertido para fins de apresentação de informações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de faixas, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. O Grupo Fleury está avaliando o impacto do IAS 19. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo

devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 11. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Sociedade ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas relevantes de IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo Fleury.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como sua participação (direta e indireta):

	Data de aquisição	Participação %	
		31/12/2011	31/12/2010
Felippe Mattoso (*)	Agosto de 2011	100	-
Labs Cardiolab Exames Complementares S.A.	Agosto de 2011	Incorporada por Fleury S.A. em dezembro de 2011	-
Diagnoson Ultra Sonografia e Densitometria Óssea Ltda	Maio de 2011	Incorporada por Fleury S.A. em agosto de 2011	-
DI Serviços Médicos - SP	Maio de 2010	Incorporada por Fleury CPMA em agosto de 2011	100

DI Médicos Associados - SP	Maio de 2010	-	Incorporada por Fleury CPMA em novembro de 2010
Laboratório Weinmann S.A. - RS ("Weinmann")	Outubro de 2009	-	Incorporada por Fleury S.A. em março de 2010
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados ("Fleury CPMA") - SP	Constituído em junho de 2003	100	100

(*) Essa empresa era controlada do Labs Cardiolab e passou a ser controlada do Fleury a partir da aquisição do Labs Cardiolab.

Reestruturações societárias

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Labs Cardiolab Exames Complementares S.A. ("Cardiolab"), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$186.715.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 1º de agosto de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Diagnoson Ultra-Sonografia e Densimetria Óssea Ltda. ("Diagnoson"), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$6.511.

Ainda em 1º de agosto de 2011, a controlada Fleury CPMA incorporou a subsidiária integral DI Serviços Médicos Associados Ltda. ("DIS"), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$2.077.

Em 30 de novembro de 2010, a controlada Fleury CPMA incorporou a totalidade do acervo líquido da controlada DI Médicos Associados Ltda. ("DIA").

Em 28 de fevereiro de 2010, a controlada Fleury CPMA incorporou a totalidade do acervo líquido da controlada Weinmann S.A. ("Weinmann").

Os saldos incorporados pelo Fleury S.A. e Fleury CPMA, na data-base dos atos societários da incorporação (demonstrados no quadro no início da nota), estão apresentados no quadro a seguir:

	Ano 2011			Ano 2010
	Labs Cardiolab	Diagnoson	DIS	DIA
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	10.291	5.536	64	83
Contas a receber	101.425	612	2.473	980
Investimentos	12.016	-	-	-
Imobilizado e Intangível	118.519	5.958	284	-
Outros créditos	34.020	254	1.175	-
Fornecedores	(5.196)	(682)	(617)	-
Obrigações fiscais	(27.522)	(1.094)	(228)	(8)
Empréstimos e Financiamentos	(14.031)	(2.569)	(1.074)	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(26.040)	(1.284)	-	(11)
Outras obrigações	<u>(16.767)</u>	<u>(220)</u>	<u>-</u>	<u>(751)</u>

Acervo líquido incorporado	186.715	6.511	2.077	293
----------------------------	---------	-------	-------	-----

Combinações de negócios

- i. Em 1º de agosto de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da Labs Cardiolab que presta serviços de exames diagnósticos por imagem no estado do Rio de Janeiro.

A análise de reconhecimento e mensuração preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Contrato com hospitais: Intangível - Contratos, amortizado nos próximos 10 anos: R\$154.387.
- Valor justo dos itens do imobilizado: (R\$33.737).
- Valor justo de contingências possíveis e remotas: R\$12.534.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de contratos: R\$52.492.
- IR diferido ativo calculado sobre o valor das contingências e do imobilizado: R\$15.733.

- ii. Em 31 de maio de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da Diagnoson que atua em Salvador - BA, realizando exames de diagnóstico por imagem e medicina nuclear.

A análise de reconhecimento e mensuração preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Diagnoson: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$2.973.
- Valor justo dos itens do imobilizado - Diagnoson: R\$870.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de marcas e patentes e mais valia do imobilizado - Diagnoson: R\$1.306.

- iii. Em 12 de maio de 2010, o Grupo Fleury concretizou a aquisição do DIA e do DIS que atuam em São Paulo realizando exames de diagnóstico por imagem e medicina nuclear.

A análise de reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil das empresas adquiridas:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - DIS: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$1.737.

O Grupo Fleury utilizou a metodologia “*Relief from Royalty*” para cálculo do valor da marca nas combinações de negócios. O valor presente líquido dos royalties aplicados as premissas de receita futuras é considerado como o valor da marca. Os fluxos de caixas futuros das marcas foram definidos em função dos cálculos de rentabilidade

futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pela taxa de desconto utilizada nos testes de redução ao valor recuperável do ágio do Grupo Fleury.

A tabela abaixo demonstra a apuração do ágio:

	2011			2010		
	Valor contábil da empresa adquirida	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos da empresa adquirida	Valor contábil das empresas adquiridas	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos das empresas adquiridas
Total do ativo	317.247	140.009	457.256	2.447	1.737	4.184
Total do passivo	<u>108.578</u>	<u>67.278</u>	<u>175.856</u>	<u>2.855</u>	=	<u>2.855</u>
Valor líquido contábil	<u>208.669</u>			<u>(408)</u>		
Valor líquido dos ajustes		<u>72.731</u>			<u>1.737</u>	
Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos			<u>281.400</u>			<u>1.329</u>
Ágio			935.747			9.990
Contraprestação paga a vista			457.938			4.100
Contraprestação a pagar			209.623			7.219
Contraprestação paga em ações			546.066			
Contraprestação contingente			<u>3.520</u>			<u>-</u>
Contraprestação transferida			<u>1.217.147</u>			<u>11.319</u>

Os ágios que surgem das aquisições representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes das combinações de negócios, e o valor do ágio que espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$1.012.756 para as combinações de negócios ocorridas em 2011 e R\$10.958 para a combinação de negócios ocorrida em 2010.

Despesas de honorários legais externas e due diligence referentes a combinações de negócios foram incluídos nas despesas administrativas na demonstração de resultado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e depósitos bancários	10.746	9.176	12.649	9.291
Aplicações financeiras	<u>470.654</u>	<u>534.160</u>	<u>473.357</u>	<u>534.160</u>
	<u>481.400</u>	<u>543.336</u>	<u>486.006</u>	<u>543.451</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo e, do comprador (cliente), de revendê-lo no futuro. Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 103% CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (2010 - 102%).

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são: riscos de mercado (incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política de gestão de riscos financeiros. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

Riscos de mercado

Risco de taxa de câmbio

A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar norte americano). O risco vinculado a esses ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos sujeitos a esse risco em 31 de dezembro de 2011 representam 1,9% do saldo total de empréstimos e financiamentos consolidado e 3,5% do total de fornecedores no consolidado. A Sociedade possui saldo a receber de clientes em moeda estrangeira, representando 0,5% do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante as parcelas dos financiamentos e fornecedores.

A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços e contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2011 (taxa US\$: 1,8758):

	US\$ mil	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber	917	917
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos - circulante	(1.593)	(2.341)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(32.812)	(33.637)
Fornecedores	<u>(1.415)</u>	<u>(1.415)</u>
Total do passivo	<u>(35.820)</u>	<u>(37.393)</u>
Derivativos	<u>36.012</u>	<u>36.012</u>
Exposição líquida *	<u>1.109</u>	<u>(464)</u>

Para os instrumentos financeiros, a Sociedade e suas controladas consideram como cenário provável (Cenário I) a média ponderada das taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA S.A. para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nominal do contrato.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, para determinação dos efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Sociedade e suas controladas adotaram os cenários de variações positivas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social.

			Variação desfavorável - consolidado		
	<u>Vencimento</u>	<u>Cenário I (perda) ganho</u>	<u>Risco (*)</u>	<u>Cenário II (perda) ganho +25%</u>	<u>Cenário III (perda) ganho +50%</u>
Taxa de câmbio (em R\$)		2,0556		2,5695	3,0833
Clientes	2012	165	Desvalorização US\$	636	1.107
Fornecedores	2012	(254)	Valorização US\$	(982)	(1.709)

Empréstimos e financiamentos	2013	(5.849)	Valorização US\$	(22.569)	(39.289)
Empréstimos e financiamentos	2012	(66)	Valorização US\$	(1.269)	(2.472)
Empréstimos e financiamentos	2014	(91)	Valorização US\$	(349)	(608)
Empréstimos e financiamentos	2016	(76)	Valorização US\$	(293)	(510)
Empréstimos e financiamentos	2015	(31)	Valorização US\$	(121)	(211)
Derivativos		<u>6.338</u>		<u>25.070</u>	<u>43.803</u>
Efeito líquido		<u>136</u>		<u>123</u>	<u>111</u>

(*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2011, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como segue:

<u>Cenários</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u> +25%	<u>Cenário III</u> +50%
Taxa do CDI (a.a.)	10,87%	13,59%	16,31%
Despesas com juros projetadas (*)	<u>305.644</u>	<u>372.753</u>	<u>439.082</u>
Empréstimos e financiamentos	8.789	10.843	12.875
Debêntures	296.855	361.910	426.207
Taxa da TJLP (a.a.)	6,00%	7,50%	9,00%
Despesas com juros projetadas (*)	<u>200</u>	<u>208</u>	<u>216</u>

(*) Calculados até o término do contrato

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros

instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis (Nota 14) a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para Diretoria de Finanças. A área de Diretoria de Finanças investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e as operações compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Fleury mantinha aplicações de curto prazo classificado no Caixa e equivalente a caixa de R\$473.357 (2010 - R\$534.160).

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos e derivativos do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	34.427	84.380	16.636	798
Debêntures	1.688	-	250.835	200.733
Instrumentos financeiros derivativos	364	-	5.502	-
Fornecedores	75.441	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	195.734	9.140	20.141	5.823
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	35.164	21.485	32.301	1.457
Instrumentos financeiros derivativos	507	-	-	-
Fornecedores	41.022	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	7.427	11.193	11.440	67

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo Fleury para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionista, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pela estrutura de capitalização. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A estrutura de capitalização total é apurada através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	486.006	543.451
Total dos empréstimos	(136.241)	(90.407)
Total de debêntures	<u>(453.256)</u>	<u>=</u>
Caixa líquido	<u>(103.491)</u>	<u>453.044</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>1.631.881</u>	 <u>1.011.803</u>
Estrutura de capitalização total	<u>1.528.390</u>	<u>1.464.847</u>
 Índice de alavancagem financeira	 0,07	 N/A*

(*) Cálculo de alavancagem financeira não aplicável em função do excedente de caixa originado com o IPO da Sociedade em 17 de dezembro de 2009.

Derivativos

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor nominal (US\$ mil)</u>	<u>Moeda</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Taxa média de câmbio contratada R\$</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Resultado em 31/12/2011</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>
NDF	4.944	US\$	Itaú BBA	1,8784	16/05/2011 a 15/06/2012	(216)	(68)	244	(40)
NDF	3.427	US\$	Votorantim	1,7512	27/01/2011 a 15/09/2011	(271)	(93)	363	(1)
NDF	3.218	US\$	HSBC	1,7901	27/07/2011 a 15/05/2012	(20)	374	50	404
NDF	283	US\$	Santander	1,7028	31/01/2011	19	(25)	7	1
SWAP	30.922	US\$	Itaú BBA	1,6170	13/05/2013	-	5.502	-	5.502
Opção de Call	4.500	US\$	Votorantim	1,9243	22/09/2011 a 26/01/2012	-	(432)	432	-
Opção de Call	2.000	US\$	HSBC	1,9520	22/09/2011 a 27/02/2012	-	(257)	257	-
Opção de Call	1.600	US\$	Itaú BBA	1,9640	22/09/2011 a 26/03/2012	-	(218)	218	-
Total controladora e consolidado						<u>(488)</u>	<u>4.783</u>	<u>1.571</u>	<u>5.866</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira e pagamentos de fornecedores no montante de US\$36.012 mil e que apresentam uma ganho líquido a receber de R\$5.866 na Controladora e no Consolidado (2010 - perda líquida de R\$488 na Controladora e no Consolidado) registrada no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

A Sociedade possui contratos de Opções de Call para cobertura de importações em andamento contratadas em dólar norte-americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade.

Os contratos de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) liquidados até o 4º trimestre de 2011 apresentaram uma perda total de R\$188. Os contratos de NDF e Opção de Call tiveram um impacto no caixa da sociedade de R\$1.571.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

<u>Situação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
Varição da taxa de câmbio	-	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	1,5417	1,0278	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	2,0556	-	-	2,5695	3,0833

Variação da taxa de câmbio
Controladora e consolidado

	<u>Cenário I</u> (perda) <u>ganho</u>	<u>Risco</u> ⁽¹⁾	<u>Cenário II</u> (perda) <u>ganho</u>	<u>Cenário III</u> (perda) <u>ganho</u>	<u>Cenário IV</u> (perda) <u>ganho</u>	<u>Cenário V</u> (perda) <u>ganho</u>
<u>Efeito no Passivo em US\$</u>	<u>(6.367)</u>		<u>12.849</u>	<u>32.064</u>	<u>(25.583)</u>	<u>(44.799)</u>
Financiamentos em US\$	(6.113)	Valorização US\$	12.376	30.864	(24.601)	(43.090)
Fornecedores	(254)	Valorização US\$	473	1.200	(982)	(1.709)
 <u>Efeito nos Derivativos</u>	 <u>6.338</u>		 <u>(12.395)</u>	 <u>(31.127)</u>	 <u>25.070</u>	 <u>43.802</u>
“SWAP”	5.585	Desvalorização US\$	(10.617)	(26.818)	21.786	37.987
NDF	<u>753</u>	Desvalorização US\$	<u>(1.778)</u>	<u>(4.309)</u>	<u>3.284</u>	<u>5.815</u>
 Efeito líquido ⁽²⁾	 <u><u>(29)</u></u>		 <u><u>454</u></u>	 <u><u>937</u></u>	 <u><u>(513)</u></u>	 <u><u>(997)</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

⁽²⁾ Variações do efeito líquido decorrentes da contratação de instrumentos derivativos para suportar importações em andamento contratadas em dólar norte americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Duplicatas a receber				
Valores faturados	334.403	207.826	336.910	210.658
Valores a faturar	<u>17.485</u>	<u>25.761</u>	<u>18.965</u>	<u>25.761</u>
	351.888	233.587	355.875	236.419
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(42.720)</u>	<u>(32.890)</u>	<u>(42.880)</u>	<u>(33.039)</u>
Total contas a Receber	<u>309.168</u>	<u>200.697</u>	<u>312.995</u>	<u>203.380</u>

O resumo por vencimento das duplicatas a receber é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos a vencer (*)	179.306	109.874	183.027	110.169
Saldos vencidos até 120 dias	73.821	47.521	73.835	48.587
Saldos vencidos de 121 a 360 dias	78.862	37.980	78.877	39.451
Saldos vencidos acima 361 dias	<u>19.899</u>	<u>38.212</u>	<u>20.136</u>	<u>38.212</u>
	<u>351.888</u>	<u>233.587</u>	<u>355.875</u>	<u>236.419</u>

(*) O vencimento dessas contas dá-se, em média, em 35 dias.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	(32.890)	(39.585)	(33.039)	(41.580)
Baixa de títulos incobráveis	49.493	29.966	50.181	29.966
Adições, líquidas de reversões (PDD e glosas)	(45.043)	(21.421)	(45.742)	(21.425)
Transferência por incorporações	<u>(14.280)</u>	<u>(1.850)</u>	<u>(14.280)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(42.720)</u>	<u>(32.890)</u>	<u>(42.880)</u>	<u>(33.039)</u>

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2011, a concentração dos quatro principais clientes é de 45% do total da carteira (2010 - 33%). Em 31 de dezembro de 2011 a concentração de receita dos quatro principais clientes é de 39% (2010 - 35%).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
“Kits” para diagnósticos	9.393	4.596	9.850	4.596
Material de enfermagem e coleta	3.832	1.825	3.862	1.826
Materiais auxiliares para laboratório	2.785	1.384	2.785	2.302
Materiais administrativos, promocionais e outros	<u>1.055</u>	<u>746</u>	<u>1.154</u>	<u>788</u>
	<u>17.065</u>	<u>8.551</u>	<u>17.651</u>	<u>9.512</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	23.787	6.846	24.357	6.936
Contribuição social - CSLL (b)	10.620	6.185	10.764	6.232
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (b)	4.293	3.647	4.430	3.647
Contribuição para o financiamento da seguridade Social - COFINS	2.560	1.468	3.568	1.498
Instituto nacional do seguro social - INSS - previdência social (c)	2.508	2.102	2.508	2.102
Imposto sobre serviços - ISS (d)	2.150	2.172	2.150	2.172
Funrural (e)	1.562	1.562	1.562	1.562
Outros	<u>845</u>	<u>806</u>	<u>900</u>	<u>814</u>
	<u>48.325</u>	<u>24.788</u>	<u>50.239</u>	<u>24.963</u>
Circulante	44.861	17.204	46.775	17.379
Não circulante	3.464	7.584	3.464	7.584

(a) IRRF sobre os resgates de aplicações financeiras e prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras Pessoas Jurídicas.

(b) Os saldos referem-se a valores oriundos de empresas adquiridas. Tais valores serão utilizados para compensação com impostos e contribuições a recolher.

- (c) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais.
- (d) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para convênios.
- (e) Funrural pago por empresas incorporadas. Tais valores serão restituídos através de processo administrativo em trânsito.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Investimentos em controladas:		
Fleury CPMA		
Custo	14.742	6.362
Ágio	<u>1.351</u>	<u>1.351</u>
	<u>16.093</u>	<u>7.713</u>
 Felippe Mattoso		
Custo	12.011	-
Ágio	<u>34.546</u>	-
	<u>46.557</u>	=
	<u>62.650</u>	<u>7.713</u>
Outros investimentos	<u>251</u>	<u>246</u>
	<u>62.901</u>	<u>7.959</u>

Movimentação dos saldos de investimentos em controladas:

	<u>Fleury CPMA</u>	<u>Felippe Mattoso</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	7.713	-	7.713
Investimentos:			
Adição por incorporação	-	12.011	12.011
Aumento de capital social	14.823	-	14.823
Equivalência patrimonial	(6.443)	-	(6.443)
Ágio	<u>-</u>	<u>34.546</u>	<u>34.546</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>16.093</u>	<u>46.557</u>	<u>62.650</u>

Os principais dados do Fleury CPMA são como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação - %	100,00	100,00
Capital social integralizado	58.981	44.158
Patrimônio líquido	14.742	6.391

Resultado do exercício	(6.443)	(3.456)
------------------------	---------	---------

Os principais dados do Felipe Mattoso são como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação - %	100,00	-
Capital social integralizado	400	-
Patrimônio líquido	12.011	-
Resultado do exercício	-	-

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/2011			31/12/2010
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imóveis	2	28.754	(2.881)	25.873	24.468
Instalações	10	137.497	(27.542)	109.955	38.762
Máquinas e equipamentos	8	309.535	(153.304)	156.231	71.079
Móveis e utensílios	10	42.980	(25.577)	17.403	9.506
Equipamentos de informática	20	61.806	(40.887)	20.919	7.976
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	64.009	(48.053)	15.956	8.447
Imobilizado em andamento	-	2.535	-	2.535	1.440
Outros	-	<u>1.486</u>	<u>(833)</u>	<u>653</u>	<u>448</u>
		<u>660.090</u>	<u>(299.077)</u>	<u>361.013</u>	<u>173.614</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2011			31/12/2010
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imóveis	2	28.754	(2.881)	25.873	24.468
Instalações	10	140.282	(29.129)	111.153	39.669
Máquinas e equipamentos	8	336.804	(170.714)	166.090	74.837
Móveis e utensílios	10	45.026	(26.643)	18.383	10.138
Equipamentos de informática	20	63.497	(42.186)	21.311	8.097
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	69.070	(51.058)	18.012	8.745
Imobilizado em andamento	-	2.585	-	2.585	1.471
Outros	-	<u>1.676</u>	<u>(946)</u>	<u>730</u>	<u>448</u>
		<u>699.182</u>	<u>(323.555)</u>	<u>375.625</u>	<u>179.361</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do exercício	173.614	148.816	179.361	158.246
Adições:				
Imóveis	-	3.296	-	3.296
Instalações	77.952	16.789	77.952	16.789
Máquinas e equipamentos	54.585	19.885	54.585	19.885
Móveis e utensílios	7.379	1.322	7.379	1.322
Equipamentos de informática	8.925	5.258	8.925	5.258
Benfeitorias em imóveis de terceiros	110	221	110	221
Outros	<u>1.039</u>	<u>2.881</u>	<u>1.039</u>	<u>3.047</u>
 Total de adições	 <u>149.990</u>	 <u>49.652</u>	 <u>149.990</u>	 <u>49.818</u>
Transferências para Intangível	-	(2.401)	-	(2.401)
Baixas líquidas	(109)	(1.256)	(109)	(1.256)
Depreciações	(36.864)	(24.187)	(36.873)	(25.130)
Saldo de aquisição de empresas	-	-	83.256	84
Saldo de incorporação	<u>74.382</u>	<u>2.990</u>	=	=
 Saldos no fim do exercício	 <u>361.013</u>	 <u>173.614</u>	 <u>375.625</u>	 <u>179.361</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$2.236 (R\$3.142 em 31 de dezembro de 2010) para máquinas e equipamentos.

Arrendamento mercantil

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Taxa média anual de	Consolidado		
	<u>31/12/2011</u>		<u>31/12/2010</u>
	Depreciação	Saldo	Saldo

	<u>depreciação - %</u>	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>líquido</u>	<u>líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10	45.733	(18.413)	27.320	123
Equipamentos de informática	20	2.452	(550)	1.902	44
Outros	10	<u>114</u>	<u>(63)</u>	<u>51</u>	<u>-</u>
		<u>48.299</u>	<u>(19.026)</u>	<u>29.273</u>	<u>167</u>

Os ativos objeto dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia às respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, registradas na rubrica “Custo dos serviços prestados”, são de R\$4.951 (R\$52 em 2010).

12. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2011			31/12/2010
Taxa média anual de amortização - %		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Ágios	-	-	-	1.225.263	276.755
Contratos de clientes	10	154.387	(3.860)	150.527	-
Direito de uso de software	20	67.829	(32.090)	35.739	21.067
Marcas e patentes	10	13.225	(1.280)	11.945	8.498
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Outros	10	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.905</u>
		<u>1.507.668</u>	<u>(81.643)</u>	<u>1.426.025</u>	<u>310.775</u>

		Consolidado			
		31/12/2011			31/12/2010
Taxa anual de amortização - %		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Ágios	-	-	-	1.271.150	288.097
Contratos clientes	10	154.387	(3.860)	150.527	-
Direito de uso de software	20	68.565	(32.783)	35.782	21.087
Marcas e patentes	10	14.962	(1.554)	13.408	10.207
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Outros	10	<u>2.844</u>	<u>(2.626)</u>	<u>218</u>	<u>2.123</u>
		<u>1.558.871</u>	<u>(85.236)</u>	<u>1.473.635</u>	<u>324.064</u>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do exercício	310.775	254.424	324.064	309.481
Adições:				
Ágios	935.747	-	935.747	9.990
Contratos clientes	154.387	-	154.387	-
Direito de uso de software	22.385	7.810	22.385	7.804

Marcas e patentes	2.973	-	2.973	1.737
Outros	-	<u>570</u>	-	<u>611</u>
Total de adições	<u>1.115.492</u>	<u>8.380</u>	<u>1.115.492</u>	<u>20.142</u>
Transferências (*)	-	55.084	-	2.401
Baixas líquidas	(1.723)	(321)	(1.723)	(321)
Amortizações	(13.908)	(7.439)	(14.156)	(7.842)
Saldo aquisição de empresas	-	-	49.958	203
Saldo de incorporação	<u>15.389</u>	<u>647</u>	-	-
Saldos no fim do exercício	<u>1.426.025</u>	<u>310.775</u>	<u>1.473.635</u>	<u>324.064</u>

(*) Principalmente compostas pelo ágio de controladas incorporadas durante os exercícios, previamente classificadas junto ao investimento.

A amortização do ativo intangível está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

Ágio

Em 2011, o Fleury adquiriu as empresas Diagnoson Ultra Sonografia e Densitometria Óssea Ltda. e Labs Cardiolab Exames Complementares S.A. (Nota 4), pelo montante de R\$1.217.147, o qual, em relação aos valores contábeis dos ativos e passivos adquiridos no montante de R\$281.400, gerou ágio no valor de R\$935.747.

Até 31 de dezembro de 2008 o ágio vinha sendo amortizado considerando um prazo de dez anos. Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2009, os saldos de ágio deixaram de ser amortizados, sendo o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

Os ágios gerados foram fundamentados na expectativa de rentabilidade futura.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo as práticas contábeis da Sociedade. Segue abaixo a alocação do ágio por UGC:

	31/12/2011	31/12/2010
Medicina diagnóstica	1.072.602	278.107
Hospitais	<u>198.548</u>	<u>9.990</u>
	<u>1.271.150</u>	<u>288.097</u>

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 13% ao ano (2010 - 13%).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas e na inflação do preço da matéria-prima, salários, aluguéis e outras despesas para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5% (2010 - 5%) que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada para o setor. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UCG.

Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e desenvolvimento da intranet. Os direitos de uso de software são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de cinco anos.

Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. A Sociedade atribui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

13. DEBÊNTURES

A Sociedade realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, encerrada em 23 de dezembro de 2011.

Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$ 451.568, em duas séries: na primeira série foram alocadas 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.031,30 com prazo de cinco anos, vencendo em 12 de dezembro de 2016. Na segunda série, foram alocadas 30.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.036,60, e prazo de sete anos, vencendo em 12 de dezembro de 2018.

A “Debêntures da Primeira Série” será amortizada em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,94% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

A “Debêntures da Segunda Série” será amortizada em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

Debêntures simples	Encargos	Consolidado	Vencimento
	% (a)	31/12/2011	
Debêntures da Primeira Série	100% do CDI (a) + 0,94% a.a	151.070	Dezembro de 2016
Debêntures da Segunda Série	100% do CDI (a) + 1,20% a.a	302.186	Dezembro de 2018
		<u>453.256</u>	
Circulante		1.688	
Não circulante		451.568	

Debêntures simples	Encargos	Consolidado	
	<u>% (a)</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Vencimento</u>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 10,87% ao ano em 31 de dezembro de 2011.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2013	-
2014	50.156
2015	50.156
2016	150.523
2017 em diante	<u>200.733</u>
	<u>451.568</u>

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros: (i) Dívida Financeira Líquida/Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA) (conforme definido abaixo) menor ou igual a três vezes; e/ou (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo) maior ou igual a 1,5 vezes, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2011.

"Dívida Financeira Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora apresentadas à CVM.

"Despesa Financeira Líquida": significa o saldo da diferença entre a despesa financeira bruta consolidada e a receita financeira bruta consolidada, relativo a um período de 12 meses, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativo a um período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Controladora		Consolidado		
	- % (a)	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	Vencimento
Moeda nacional:						
Banco Itaú	107,70 do CDI (b)	19.570	38.045	19.570	38.045	Outubro de 2014
Banco Santander - capital de giro	CDI (b) + 1,00 a.a.	13.881	18.465	13.881	18.465	Outubro de 2014
Itaú Unibanco - capital de giro	107,52 do CDI (b)	13.734	20.554	13.734	20.554	Outubro de 2013 a janeiro de 2014
Arrendamento mercantil	15,78% a.a. (a)	11.224	-	11.224	-	Janeiro de 2012 a março de 2014
FINEP	4,25 a.a.	6.132	5.787	6.132	5.787	Setembro de 2017
BNDES	TJLP (c) + 2,87 a.a.	2.369	4.994	2.369	4.994	Abril de 2012 a fevereiro de 2013
Arrendamento mercantil	1,26% a.m.	-	80	-	80	Dezembro de 2011
Banco do Nordeste	9,50% a.a.	879	-	879	-	Setembro de 2013
Lage Landen	12,68% a.a.	550	-	550	-	Dezembro de 2012
Credmed	19,56% a.a.	59	-	59	-	Março de 2012
Moeda estrangeira (US\$):						
Banco Itaú - Op. 4131	105,00% do CDI	59.421	-	59.422	-	Maio de 2013
Arrendamento Mercantil	Libor semestral +4,48% a.a.	2.258	-	5.207	-	Dezembro de 2013 a abril de 2018
Banco Itaú - Finimp	Libor semestral +1,25% a.a.	1.862	2.482	1.862	2.482	Julho de 2013
Finimp - GE	Libor semestral +3,71% a.a.	1.163	-	1.163	-	Dezembro de 2014
Finimp - Siemens	Libor semestral +3,46% a.a.	189	-	189	-	Dezembro de 2012
		<u>133.291</u>	<u>90.407</u>	<u>136.241</u>	<u>90.407</u>	
Circulante		33.025	35.164	34.427	35.164	
Não circulante		100.266	55.243	101.814	55.243	

(a) Taxa média ponderada.

(b) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 10,87% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e 10,64% ao ano em 31 de dezembro de 2010.

(c) Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, equivalente a 6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Consolidado
2013	84.381
2014	13.387
2015	1.392
2016	1.856
2017 em diante	<u>798</u>
	<u>101.814</u>

Determinados empréstimos possuem “*covenants*”, incluindo, entre outros: (a) efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; (b) restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e (c) manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro).

A Sociedade possui um financiamento para capital de giro junto ao Banco Itaú no montante de R\$19.570 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$38.045), que possui uma cláusula restritiva para a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro) com base no EBITDA maior ou igual a 0,5 vezes o montante da dívida líquida (empréstimos e financiamentos reduzidos de caixa e equivalentes de caixa) e avais. Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com essas cláusulas.

A Sociedade possui um financiamento para capital de giro obtido através de operação 4131 firmada junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 59.421 em 31 de dezembro de 2011. A operação tem vencimento em maio de 2013 e possui instrumento financeiro derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio (operação de swap contratada a 105% do CDI).

O empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento. A carta foi emitida pelo banco HSBC no valor total de R\$7.098, em 1º de julho de 2009, e gerou uma despesa de R\$218 no resultado do período de 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$208).

Os valores contábeis dos empréstimos são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reais	68.398	87.925	68.398	87.925
Dólar norte-americano	64.893	2.482	67.842	2.482

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fornecedores nacionais	70.442	40.160	72.787	39.986
Fornecedores do exterior	<u>2.654</u>	<u>1.036</u>	<u>2.654</u>	<u>1.036</u>
	<u>73.096</u>	<u>41.196</u>	<u>75.441</u>	<u>41.022</u>

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para férias e 13º salário	25.281	16.952	25.675	16.968
Provisão para participação nos resultados	7.425	8.846	7.425	8.852
Encargos sociais a recolher e outros	8.343	6.489	8.483	6.489
Salários a pagar	<u>1.414</u>	<u>2.009</u>	<u>1.417</u>	<u>2.009</u>
	<u>42.463</u>	<u>34.296</u>	<u>43.000</u>	<u>34.318</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelamento REFIS -				
Lei 11.941 (a)	52.203	29.651	52.203	29.651
Parcelamento ISS (b)	24.539	20.120	24.795	20.120
ICMS sobre importações (c)	15.316	13.333	15.316	13.333
ICMS depósitos judiciais (c)	(11.873)	(9.240)	(11.873)	(9.240)
ISS a recolher	2.900	2.361	5.271	2.452
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal				
Setorial - Prefis) (e)	3.539	3.791	3.539	3.791
COFINS a recolher (d)	2.365	6.520	2.650	6.536
INSS a recolher	1.737	2.159	1.738	2.161
IRRF	789	4.241	828	4.248
PIS a recolher	543	712	527	733
Outros	<u>2.675</u>	<u>2.215</u>	<u>2.815</u>	<u>2.215</u>
	<u>94.733</u>	<u>75.863</u>	<u>97.809</u>	<u>76.000</u>
Circulante	24.567	11.599	27.216	11.736
Não circulante	70.166	64.264	70.593	64.264

(a) A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão ocorreu por meio de programa disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil, e, somado a isso, a Sociedade requereu administrativamente perante esse órgão, o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, para quitação da multa e de juros à vista e parcelamento do principal em 120 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros, e 100% dos encargos legais, nos termos do que lhe garante o artigo 1º da Lei nº 11.941/09 e artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. A Sociedade enquanto aguardava a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV, cumpriu com o pagamento de parcelas mínimas. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2010, a Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e confirmou junto à Receita Federal do Brasil em agosto de 2010, os valores a serem utilizados. Desta forma, em junho de 2010 Labs Cardiolab compensou parte das multas e dos juros remanescentes com créditos de impostos não constituídos anteriormente, representados por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas, no valor de R\$14.632 e R\$29.693, tendo creditado os valores correspondentes à redução dos passivos no resultado em 2010. Com o advindo da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, a Sociedade optou por desistir do questionamento quanto a majoração da alíquota da Cofins e

incluir a totalidade discutida neste programa de parcelamento. O prazo para consolidação dos débitos tributários inscritos no REFIS IV para os grandes contribuintes com acompanhamento diferenciado encerrou em 30 de junho de 2011 e nesta etapa a Sociedade consolidou os débitos do Grupo Fleury e oriundos da empresa incorporada NKB São Paulo e Labs Cardiolab que gerou uma despesa não recorrente de R\$8.159. No decorrer do mês de julho a Sociedade consolidou os parcelamentos das demais empresas do Grupo Fleury (NKB Rio, Campana e Laboratório Dirceu Ferreira). Atualmente o Grupo Fleury vem honrando com os pagamentos das parcelas em seus valores atribuídos na consolidação do parcelamento.

- (b) A Sociedade mantém parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado como Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e em 31 de dezembro de 2011 o saldo é R\$18.317 (R\$20.120 em 31 de dezembro de 2010, atualizado monetariamente pela Selic). Adicionalmente a Labs Cardiolab mantém parcelamento com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro denominado como Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - REFERJ e em 31 de dezembro o saldo a pagar é R\$6.222 (atualizado monetariamente pela Selic).
- (c) A Sociedade é requerida a recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado. A Sociedade mantém um processo judicial contra o Estado de São Paulo, pois, em seu entendimento, esta cobrança é indevida. Do montante total provisionado pela Sociedade, encontram-se depositados em juízo, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$11.873 (2010 - R\$9.240).
- (d) O saldo refere-se à provisão constituída para amparar o questionamento da Sociedade quanto à majoração de alíquota da COFINS. No trimestre findo em 31 de março de 2011 o Grupo Fleury optou por desistir da discussão e incluiu os débitos no REFIS IV, sendo reconhecido no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011 os benefícios de compensação de parte das multas e dos juros remanescentes no valor de R\$911 à conta de “Outras despesas e receitas operacionais”. Em 31 de março de 2011 o valor de R\$4.881 (2010 - R\$5.470) foi transferido para a conta de parcelamento REFIS e o saldo remanescente na rubrica trata-se de COFINS devido sobre as Receitas do Grupo Fleury em dezembro de 2011.
- (e) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. De acordo com o facultado pela Lei 17.384/07, a Sociedade renunciou à participação neste parcelamento, o que lhe concede remissão do valor parcial do débito principal atualizado monetariamente em conformidade com a Legislação Municipal, e aguarda homologação do pedido.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2013	11.727
2014	10.966
2015	10.064
2016	6.671
2017 em diante	<u>31.165</u>
Total	<u>70.593</u>

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante	192.190	3.578	195.734	7.427
Não Circulante	<u>33.711</u>	<u>19.089</u>	<u>35.104</u>	<u>22.700</u>
	<u>225.901</u>	<u>22.667</u>	<u>230.838</u>	<u>30.127</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	8.860	9.140
2014	7.685	7.965
2015	7.459	7.896
2016	3.884	4.280
2017 em diante	<u>5.823</u>	<u>5.823</u>
	<u>33.711</u>	<u>35.104</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fiscais e previdenciárias	45.338	9.105	48.429	9.105
Trabalhistas	9.121	7.327	9.157	7.327
Cíveis	<u>1.814</u>	<u>1.027</u>	<u>1.814</u>	<u>1.027</u>
	<u>56.273</u>	<u>17.459</u>	<u>59.400</u>	<u>17.459</u>
Depósitos judiciais	<u>(13.242)</u>	<u>(9.642)</u>	<u>(13.242)</u>	<u>(9.642)</u>
	<u>43.031</u>	<u>7.817</u>	<u>46.158</u>	<u>7.817</u>

	Saldo em <u>31/12/2010</u>	Controladora					Saldo em <u>31/12/2011</u>
		<u>Adições</u>	<u>Utilização e reversão</u>	<u>Adição por Incorporação</u>	<u>Reclassificações e pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Fiscais e previdenciárias	9.105	9.142	(842)	26.568	126	1.239	45.338
Trabalhistas	7.327	8.101	(7.757)	380	-	1.070	9.121
Cíveis	<u>1.027</u>	<u>743</u>	<u>(484)</u>	<u>378</u>	<u>-</u>	<u>150</u>	<u>1.814</u>
	<u>17.459</u>	<u>17.986</u>	<u>(9.083)</u>	<u>27.326</u>	<u>126</u>	<u>2.459</u>	<u>56.273</u>
Depósitos judiciais	<u>(9.642)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.996)</u>	<u>-</u>	<u>(604)</u>	<u>(13.242)</u>
	<u>7.817</u>	<u>17.986</u>	<u>(9.083)</u>	<u>24.330</u>	<u>126</u>	<u>1.855</u>	<u>43.031</u>

	Saldo em <u>31/12/2010</u>	Consolidado					Saldo em <u>31/12/2011</u>
		<u>Adições</u>	<u>Utilização e reversão</u>	<u>Adição por Aquisição</u>	<u>Reclassificações e pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Fiscais e previdenciárias	9.105	9.142	(842)	29.659	126	1.239	48.429
Trabalhistas	7.327	8.101	(7.757)	416	-	1.070	9.157
Cíveis	<u>1.027</u>	<u>743</u>	<u>(484)</u>	<u>378</u>	<u>-</u>	<u>150</u>	<u>1.814</u>
	<u>17.459</u>	<u>17.986</u>	<u>(9.083)</u>	<u>30.453</u>	<u>126</u>	<u>2.459</u>	<u>59.400</u>
Depósitos judiciais	<u>(9.642)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.996)</u>	<u>-</u>	<u>(604)</u>	<u>(13.242)</u>
	<u>7.817</u>	<u>17.986</u>	<u>(9.083)</u>	<u>27.457</u>	<u>126</u>	<u>1.855</u>	<u>46.158</u>

Processos classificados como de risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

Fiscais e previdenciárias:

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão para cobrir riscos no valor de R\$7.094 em 31 de dezembro de 2011.

Imposto sobre Serviço ISS - Discussões oriundas de empresas adquiridas e incorporadas pela Sociedade que, por se tratarem de sociedades uni profissionais, estariam submetidas à tributação em bases fixas, calculada de acordo com o número de sócios e empregados com qualificação profissional médica e não com base no faturamento à alíquota de 5%. Em 31 de dezembro de 2011, o montante total de R\$4.551 encontra-se provisionado.

Trabalhistas:

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade; (iii) reintegração em razão de estabilidade por doença ocupacional ou acidente de trabalho; (iv) responsabilidade subsidiária; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a administração da Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade possui um montante consolidado de aproximadamente R\$226.800 referente a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, dos quais R\$142.700 são referentes a questões fiscais e previdenciárias, R\$23.000 referentes a questões cíveis e R\$61.100 referentes a questões trabalhistas.

Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para cobrir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$7.007 na Controladora, e R\$13.235 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$4.652 e R\$4.655, respectivamente), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.

20. COMPROMISSOS

O Grupo Fleury possui contratos de arrendamento mercantil operacional de equipamentos, cujo valor das prestações a vencer na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$16 (2010 - R\$532).

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas com aluguéis de imóveis na Controladora foram de R\$53.789 (2010 - R\$40.071), e no Consolidado foram de R\$55.854 (2010 - R\$41.593). Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$181.442 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$142.420). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2012	48.652
2013	41.925
2014	33.861
2015	26.160
2016 em diante	<u>30.844</u>
	<u>181.442</u>

21. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Transações com controlada:				
Receita de prestação de serviços:				
Fleury CPMA	-	(77)	-	-
Despesas com aluguel:				
Transinc Serviços Médicos S.A. (a)	(6.175)	(5.784)	(6.175)	(5.784)
	<u>(6.175)</u>	<u>(5.861)</u>	<u>(6.175)</u>	<u>(5.784)</u>
	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos com controladas:				
Ativos e passivos não circulantes				
Empréstimos a receber e adiantamentos para futuro aumento de capital:				
Fleury CPMA (b)	=	7.568	=	=
	<u>=</u>	<u>7.568</u>	<u>=</u>	<u>=</u>

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa que é controladora do Grupo Fleury, Integritas Participações S.A. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

(b) Do total de R\$7.568, R\$2.339, referem-se a serviços de suporte administrativo prestados pelo Fleury à controlada, para os quais não há garantias e cujo risco de perda é considerado como remoto pela Sociedade e R\$5.229 referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Em 2011, os valores mencionados foram incorporados ao capital social de Fleury CPMA.

A remuneração dos Administradores, para o período findo em 31 de dezembro de 2011, inclui salários, pró-labore e bônus no valor de R\$5.373 e remuneração do Conselho de Administração de R\$1.420 (2010 - R\$5.536 e R\$1.320, respectivamente) e está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado. A Sociedade não confere aos seus Administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, tampouco benefícios de longo prazo.

A Sociedade registra provisão para participação nos resultados de empregados e Administradores, a qual totalizou R\$7.425 no período findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$8.852), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31 de outubro de 2011 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade pela Incorporação de Ações da Labs Cardiolab, mediante a emissão de 24.905.369 ações ordinárias, no montante de R\$ R\$546.066.

Após a Incorporação de ações aprovada na Assembleia de 31 de outubro de 2011, o Capital Social da Sociedade totalmente integralizado passou a ser de R\$1.400.908, representado por 156.203.919 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 de ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO de 25 de março de 2011, as seguintes deliberações foram tomadas com relação a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010: i) aprovação da constituição de reserva legal, no montante de R\$6.500; ii) ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2010, no valor total de R\$40.000, valores estes imputados ao dividendo obrigatório; iii) aprovou ainda a constituição de reserva de lucros para investimento e expansão, no valor de R\$84.466, conforme previsto no art. 34 do estatuto social da Sociedade - o saldo remanescente é composto pelos lucros retidos, no valor de R\$83.501, e o valor de realização da reserva de reavaliação de R\$965.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 29 de dezembro de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$ 10.000, corresponde a R\$0,07 por ação, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2011.

Em 31 de agosto de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$18.000, corresponde a R\$0,13 por ação, com base na posição acionária de 19 de agosto de 2011.

	2011
Lucro líquido do exercício 2011	100.647
(-) Reserva legal	<u>(5.032)</u>
Lucro a ser distribuído	95.615
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>23.904</u>
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$24.111, líquidos do imposto de renda retido na fonte, equivalentes à R\$0,21 por ação)	<u>(28.000)</u>
	<u><u>67.615</u></u>

Em 29 de dezembro de 2010, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$23.772, corresponde a R\$0,18 por ação, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2010.

Em 30 de agosto de 2010, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$16.228, corresponde a R\$0,12 por ação, com base na posição acionária de 11 de agosto de 2010.

	2010
Lucro líquido do exercício 2010	130.001
(-) Reserva legal	<u>(6.500)</u>
Lucro a ser distribuído	123.501
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>30.875</u>
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$36.483, líquidos do imposto de renda retido na fonte, equivalentes à R\$0,30 por ação)	<u>(40.000)</u>
	<u><u>83.501</u></u>

A soma dos valores distribuídos em 2011 a título de dividendos, pagos na forma de juros sobre o capital próprio, representa 28% (2010 - 31%), respectivamente, de lucro líquido do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da lei 6.404/76 e artigo 34 do estatuto social da Sociedade.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos e a realização da reserva de reavaliação, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$68.521, conforme previsto no artigo 34 do estatuto social da Sociedade, destinada a cobrir parte dos investimentos definidos no orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 o saldo dessa reserva não poderá ultrapassar o capital social da Sociedade.

Orçamento de capital proposto pela Administração

Em atendimento a instrução CVM nº 480/09, a Sociedade apresenta a seguir quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2012.

	<u>2012 - Projeção</u> <u>(Não auditado)</u>
Investimento em ativo fixo	
Benfeitorias	38.000
Máquinas e equipamentos	35.000
Sistemas de informática	22.000
Instalações	<u>25.000</u>
	<u><u>120.000</u></u>

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção de 67% do lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$68.521, totalizando em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$223.791 na conta de Reservas de lucros para investimentos.

Os recursos necessários para investimentos (conforme demonstrado acima) serão financiados pela geração operacional de caixa durante o ano de 2012 e pelos recursos obtidos com a emissão de debêntures realizada em dezembro de 2011.

A diferença entre o montante disponível na conta de Reservas de lucros e os recursos necessários para investimentos será destinada a eventuais aquisições estratégicas, a valores atrativos, para intensificar a presença do Grupo Fleury nos principais centros financeiros do país.

Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

23. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Composição da Receita bruta-líquida:				
Receita bruta	1.068.418	915.565	1.226.270	934.514
Impostos	(63.540)	(52.838)	(72.696)	(53.608)
Cancelamentos/Glosas	<u>(24.644)</u>	<u>(9.138)</u>	<u>(27.833)</u>	<u>(9.365)</u>
Receita líquida	<u>980.234</u>	<u>853.589</u>	<u>1.125.741</u>	<u>871.541</u>

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal e médicos	(300.534)	(265.025)	(364.153)	(274.546)
Serviços gerais, alugueis e serviços públicos	(132.070)	(107.039)	(148.164)	(107.921)
Materiais e terceirizações	(110.878)	(100.627)	(125.125)	(103.424)
Gastos gerais	<u>(80.061)</u>	<u>(65.478)</u>	<u>(95.796)</u>	<u>(66.070)</u>
	<u>(623.543)</u>	<u>(538.169)</u>	<u>(733.238)</u>	<u>(551.961)</u>

Em 2011 foi implementada uma mudança no critério de alocação de custos operacionais de back-office, anteriormente apresentados em “Despesas Gerais e Administrativas”, e reclassificados para “Custos dos Serviços Prestados”. Para fins de comparabilidade os valores do exercício de 2010 de R\$507.387 foram apresentados com base no novo critério adotado em 2011.

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Gastos gerais				
Depreciação e amortização	(50.772)	(31.626)	(58.527)	(32.972)
Serviços de consultoria	(30.770)	(12.426)	(31.030)	(12.462)
Promoções e eventos	(23.979)	(16.795)	(23.998)	(16.848)
Serviços contratados de advocacia	(5.107)	(3.207)	(5.127)	(3.270)
Outros	<u>(13.401)</u>	<u>(12.174)</u>	<u>(15.671)</u>	<u>(13.026)</u>
	<u>(124.029)</u>	<u>(76.228)</u>	<u>(134.353)</u>	<u>(78.578)</u>
Pessoal e médicos	(73.552)	(60.665)	(78.478)	(61.889)
Serviços gerais, alugueis e serviços públicos	(9.515)	(8.600)	(12.291)	(10.309)
Materiais e terceirizações	<u>(791)</u>	<u>(638)</u>	<u>(792)</u>	<u>(884)</u>
	<u>(207.887)</u>	<u>(146.131)</u>	<u>(225.914)</u>	<u>(151.660)</u>

Em 2011 foi implementada uma mudança no critério de alocação, custos operacionais de back-office, anteriormente considerados como “Despesas Gerais e Administrativas”, foram alocados em “Custos dos Serviços Prestados”. Para fins de comparabilidade os valores do exercício de 2010 de R\$196.234 foram apresentados com base no novo critério adotado em 2011.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.714)	(13.833)	(22.141)	(13.837)
Prescrição de impostos a recuperar	(2.389)	(7.662)	(2.389)	(7.662)
Resultado líquido na baixa de ativos	(1.832)	(1.577)	(1.832)	(1.577)
Utilização de créditos fiscais (Lei 11.941)	-	14.632	-	14.632
Benefício por redução de tributos	-	9.251	-	9.251
Créditos Eletropaulo (a)	9.500		9.500	
Outras	<u>724</u>	<u>933</u>	<u>221</u>	<u>1.435</u>
	<u>(15.711)</u>	<u>1.744</u>	<u>(16.641)</u>	<u>2.242</u>

- (a) Trata-se de crédito em favor da Sociedade (dezembro de 2011) havido em face da AES Eletropaulo decorrente de decisão definitiva proferida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que reconheceu a cobrança ilegal de valores pagos pela Sociedade de novembro de 2000 a agosto de 2001 e determinou a sua devolução em dobro de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	39.867	53.351	41.546	53.351
Variação cambial	7.284	931	7.284	931
Variação monetária ativa	1.779	1.432	1.780	1.432
Instrumentos financeiros derivativos	14.624	154	14.624	154
Outros	<u>333</u>	<u>324</u>	<u>405</u>	<u>348</u>
	<u>63.887</u>	<u>56.192</u>	<u>65.639</u>	<u>56.216</u>
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(22.482)	(19.182)	(29.260)	(19.252)
Juros sobre debêntures	(1.688)	-	(1.688)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(9.665)	(1.002)	(9.665)	(1.001)
Juros e atualização monetária sobre provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(2.459)	(2.824)	(2.459)	(2.848)
Taxas e despesas bancárias	(3.321)	(2.558)	(3.325)	(2.600)
Variação cambial	(16.221)	(1.127)	(16.221)	(1.127)
Atualização contas a pagar aquisição empresas	(8.071)	-	(8.071)	-
Outros	<u>(2.563)</u>	<u>(2.448)</u>	<u>(2.660)</u>	<u>(2.683)</u>
	<u>(66.470)</u>	<u>(29.141)</u>	<u>(73.349)</u>	<u>(29.511)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.583)</u>	<u>27.051</u>	<u>(7.710)</u>	<u>26.705</u>

A Sociedade distribuiu remuneração aos acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio. Os valores distribuídos em 2011 e em 2010, foram contabilizados na rubrica “Despesas com Juros sobre Capital Próprio” e de acordo com Deliberação Nº 207 revertidos contra a rubrica “Lucro do exercício” no patrimônio líquido.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	67.257	40.033	67.257	40.033
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível em períodos futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	30.762	11.355	30.762	11.355
Prejuízo fiscal	42.505	-	42.505	-
Provisão para participação nos resultados	7.425	8.846	7.425	8.846
Baixa de ativo diferido	33.737	929	33.737	929
Outros	3.439	-	3.439	-
Variação cambial ativa líquida - tributada pelo regime de caixa	(4.114)	526	(4.114)	526
Reavaliação do ativo	(3.388)	(4.761)	(3.388)	(4.761)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais	(157.498)	(94.512)	(157.498)	(94.512)
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(156.266)	-	(156.266)	-
Base de cálculo	<u>(111.359)</u>	<u>(12.802)</u>	<u>(111.359)</u>	<u>(12.802)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<u>37.862</u>	<u>(4.353)</u>	<u>37.862</u>	<u>(4.353)</u>
Ativo não circulante	75.703	28.905	75.703	28.905
Passivo não circulante	(113.565)	(33.258)	(113.565)	(33.258)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos no resultado são reconciliados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	130.078	194.166	133.335	195.310
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL esperados	<u>(44.226)</u>	<u>(66.016)</u>	<u>(45.334)</u>	<u>(66.405)</u>
Créditos de recebíveis dedutíveis em períodos anteriores	7.320	-	7.320	-
Benefício da distribuição em forma de Juros sobre o capital próprio	9.520	13.600	9.516	13.600
Equivalência patrimonial	2.880	(929)	-	-
Baixa de recebíveis indedutíveis	(1.649)	(7.513)	(1.649)	(7.513)
Depreciação	(2.465)	-	(2.466)	-
Despesas indedutíveis	(811)	(3.074)	(1.683)	(3.074)
Baixa de crédito prescrito	-	(2.864)	-	(2.864)
Crédito de benefício por adesão ao REFIS IV	-	4.975	-	4.975
Outros	-	(2.343)	1.608	(4.028)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(29.431)	(64.164)	(32.688)	(65.309)
Corrente	(22.409)	(24.968)	(25.666)	(26.113)
Diferido	(7.022)	(39.196)	(7.022)	(39.196)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Sociedade estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias nos seguintes exercícios/períodos:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2013	7.570
2014	11.355
2015	15.141
2016	18.926
2017	22.711
	<u>75.703</u>

A Sociedade optou pelo RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e a COFINS, continuam a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras.

A Diagnoson, adquirida pela Sociedade em 30 de junho de 2011, apurou IRPJ e CSLL pela modalidade de Lucro Presumido até a sua incorporação.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O referido plano é de contribuição definida e durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R\$1.804 (2010 - R\$1.187), registradas em “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Sociedade ou o Fleury CPMA poderão participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

Tempo de vínculo empregatício ou	<u>Contribuição da Sociedade</u>
----------------------------------	----------------------------------

tempo de participação no programa

Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade registrou despesas com assistência médica a seus empregados no valor total de R\$21.365, sendo R\$17.313 contabilizados na rubrica “Custo dos serviços prestados” e R\$4.052 na rubrica “Despesas gerais e administrativas” (2010 - R\$16.694, R\$13.943 e R\$2.751, respectivamente).

Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga da opções.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R\$1.365 (2010 - R\$1.195, lançada em “Despesas Gerais e Administrativas”).

Em reunião do Conselho de Administração de 22 de fevereiro de 2011, foram outorgadas 327.825 opções de compra de ações e a indicação dos participantes. O preço do exercício das opções da segunda outorga foi fixado em R\$25,76 (vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) e será atualizado pela variação do IPCA.

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de exercício</u>
Saldo no início do exercício 2011	-	-
Concedidas durante o exercício	327.825	25,76
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	<u>45.652</u>	-
Saldo no fim do exercício 2011	<u>282.173</u>	<u>26,62</u>

Em reunião do Conselho de Administração de 9 de fevereiro de 2010, foram outorgadas 552.625 opções de compra de ações e a indicação dos participantes. O preço do exercício das opções da primeira outorga foi fixado em R\$16,00, equivalente ao preço estabelecido na primeira oferta pública primária de ações do Fleury e será atualizado pela variação do IPCA.

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de exercício</u>
Saldo no início do exercício 2010	-	-
Concedidas durante o exercício	552,625	16,00
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	105,038	16,36
Saldo no fim do exercício 2010	447.585	16,80
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício 2011	<u>176.567</u>	=
Saldo no fim do exercício 2011	<u>271,018</u>	<u>17,28</u>

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

A quantidade de opções cedidas corresponde à remuneração alvo para cada participante e cenários de valorização da ação previstos inicialmente entre 15% a 25% ao ano.

Neste modelo (“Expected Growth”), não foi necessário estimar volatilidade ou taxa de juros livre de risco dado que estes fatores de risco já estão contemplados na estimativa de valorização da ação.

30. LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	100.647	130.001
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	135.449.445	131.298.550
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>135.449.445</u>	<u>131.298.550</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,74</u>	<u>0,99</u>

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	100.647	130.001
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	135.449.445	131.298.550
Ajuste por opções de compra de ações	<u>72.247</u>	<u>77.560</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>135.521.692</u>	<u>131.376.110</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,74</u>	<u>0,99</u>

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração efetua análises do Grupo Fleury baseada em dois segmentos de negócios relevantes: (i) Medicina Diagnóstica e (ii) Medicina Integrada. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	<u>31/12/2011</u>			<u>31/12/2010</u>		
	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado	Medicina diagnóstica (MD)	Medicina integrada (MI)	Consolidado
Receita líquida	953.358	172.383	1.125.741	736.572	134.969	871.541
Resultado do segmento	182.069	17.502	199.571	188.361	13.216	201.577
Depreciação e amortização	-	-	(58.527)	-	-	(32.972)
Resultado financeiro	-	-	(7.710)	-	-	26.705
Lucro líquido antes dos impostos	=	=	133.335	=	=	<u>195.310</u>
Ativo total			<u>2.835.296</u>			<u>1.335.430</u>
O ativo total inclui						
Ágio	1.072.602	198.548	1.271.150	278.107	9.990	288.097
Marca	11.947	1.461	13.408	7.989	1.708	9.697
Contratos	-	150.527	150.527	-	-	-
Ativos não alocados	=	=	<u>1.400.211</u>	=	=	<u>1.037.636</u>
Passivo total			<u>1.203.415</u>			<u>316.365</u>

O ágio e o reconhecimento dos ativos intangíveis (Marcas e Patentes) decorrentes da aquisição do Diagnoson, nos valores de R\$50.228 e R\$2.973, respectivamente, foram totalmente alocados no segmento de MD.

O ágio de R\$885.517 decorrente da aquisição da Labs Cardiolab, foi alocado nos segmentos de MD e MI, nos valores de R\$593.337 e R\$292.180, respectivamente. O valor de contratos de R\$154.387, foram totalmente alocados no segmento de MI.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 31 de dezembro de 2011 é de aproximadamente R\$1.000. Os contratos possuem prazo de vigência até outubro de 2012. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2011:

	<u>Consolidado</u>
Riscos nomeados	R\$222.315
Responsabilidade civil geral	R\$2.000
Responsabilidade civil profissional	R\$3.500
Responsabilidade civil profissional - diretores e administradores	R\$30.000
Transporte internacional - importação	US\$1.200